

**NA LÍNGUA, NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA:
O MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ!”**

Rodrigo Maia Theodoro dos Santos (USP)
rodrigomts@globocom

[CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR]

11. “Carta ao Leitor” de 25 de abril de 1984

A data do documento 816 nos traz um clima de ainda mais ansiedade da oposição e do povo brasileiro. A votação da Emenda Dante de Oliveira aconteceria na noite do mesmo dia em que foi publicado o documento 816. Era um momento de instabilidade, mas de certeza da vitória, conforme foi relatado no documento anterior. Alguns deputados governistas já declaravam apoio às “Diretas Já” e alegavam não ter argumentos para ser contra a vontade popular. A esperança era plena e absoluta. A vitória já estava certa. Era só contar os minutos. Tomemos o *primeiro parágrafo* do documento 816. O texto será dividido por linhas para embasar as análises que seguirão:

1 O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira
2 Uma das decisões mais importantes de sua história, ao
3 votar a emenda constitucional que restabelece as eleições
4 diretas para a sucessão do presidente João Figueiredo.
5 A decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do
6 governo. Essencialmente é ele, e somente ele, quem se
7 recusa ao restabelecimento imediato das diretas – e,
8 nesta hora de decisão, jogou todo o seu peso na derrubada
9 da emenda, pressionando seu partido a não comparecer ao
10 plenário, decretando medidas de emergência em Brasília e
11 oferecendo um adiamento de tudo para daqui a quatro
12 anos.

Este recorte funciona como um *lead*, pois situa o leitor no assunto que será abordado naquela data, dia em que o Congresso Nacional decidirá sobre as eleições diretas para presidente. O número de linhas é o mesmo do primeiro parágrafo do documento anterior – doze – o que realça a forte organização do texto da revista quanto à estrutura. É importante para o veículo que o leitor reconheça, no texto, um estilo próprio e “compre” não só a revista como também sua opinião e suas peculiaridades. No primeiro parágrafo, percebe-se a tematização feita pelo redator, que atrai o leitor com a proximidade de uma decisão tão esperada e tão pleiteada pela população nos últimos meses.

O tópic-frasal evidencia-se entre as linhas 1 e 4. A função de organizar e delimitar a tematização do parágrafo em questão vai clarificando-se, na medida em que continuamos a análise; o documento tornar-se fluente e de fácil entendimento.

A seleção lexical acompanha os elementos da estrutura textual – *lead* e tópic-frasal – e delimita e organiza as *intenções e opiniões* contidas no documento. Se a tematização ocorre a partir da decisão do Congresso Nacional sobre as eleições diretas, a seleção lexical vem, paralelamente, reforçando os argumentos:

Diante (1); decisões (2); importantes (2); votar (3); restabelece (3); diretas (4 e 7); sucessão (4); decisão (5 e 8); responsabilidade (5); essencialmente (6); restabelecimento (7); imediato (7); peso (8); pressionando (9); comparecer (9); decretando (10); emergência (10); oferecendo (11); adiamento (11).

Com esses itens lexicais, a tematização é bem delimitada. Se o tema do parágrafo – organizado pelo tópic-frasal – é a decisão do Congresso Nacional, a seleção lexical aparece, também, nessa linha. “Decisão, direta, importante, sucessão, responsabilidade, imediato, pressionando”. Uma linha para reforçar a ideia de uma tomada de decisão consciente é seguida. São palavras que sublinham a intenção da revista em levantar a importância da votação da emenda Dante de Oliveira para o futuro do país.

É importante observar, no *segundo parágrafo*, a forma como o texto segue a determinação do *lead*, a presença do tópic-frasal definido e a seleção lexical que reforça a ideia desenvolvida.

1 A questão seria certamente de outra natureza se
2 envolvesse apenas um debate entre o governo, de um lado,
3 e a oposição, de outro, cada qual lutando em defesa de
4 suas posições políticas. No caso, entretanto, o que ocorre
5 é que o governo não está numa disputa com a oposição e
6 sim com a própria vontade popular. Raras vezes ela foi tão
7 clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao
8 clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já. E, mais
9 que isso, tem deixado evidente que quer as diretas porque
10 não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou
11 em volta dele, e deseja votar para poder tirá-las de onde
12 estão.

Em relação à continuidade do desenvolvimento do texto com referência ao primeiro parágrafo, o *lead* é desenvolvido a partir da polarização da discussão entre governo e população. Há uma costura muito clara logo no início do segundo parágrafo, quando o redator escreve *A questão*

seria.... O uso da palavra *questão* é, justamente, a referência sobre o que foi apresentado anteriormente.

Entre as linhas 1 e 4, verifica-se o tópico-frasal, que expressa a tematização do segundo parágrafo, ao alertar que o desenvolvimento do documento se dará em torno não do simples debate entre governo e oposição. O tópico-frasal aguçava curiosidade do leitor em saber, então, em torno de quem e contra quem será o debate. O objetivo segundo parágrafo desse documento é incutir no leitor a ideia de que a luta será entre ele, enquanto parte da população, e o governo. A revista recupera, também, a ideia de que a maioria da população quer a eleição direta para presidente, pois foi às ruas, manifestando-se de forma maciça e contundente.

Observa-se que as escolhas lexicais acompanham o tema – debate/luta – e apontam uma série de palavras reforçadoras do entendimento sobre a luta a ser travada no dia da votação da emenda, quando o futuro político do país será decidido.

Debate (2); lado (2); oposição (3 e 5); outro (3); lutando (3); defesa (3); posições (4); políticas (4); disputa (5); vontade (6); manifestou (7); maciça (7); clamar (8); já (8); diretas (9); tirá-las (11).

“De um lado, de outro, posições, debate, luta, defesa, disputa, vontade, diretas, já”. Tais itens lexicais correspondem àquele momento, carregado de ansiedade, que tomava conta do sentimento de uma população que foi às ruas reivindicar seu direito ao voto. O documento revela, nesse parágrafo, um sentimento de combate, convergindo para a dicotomia, população/governo, que se “enfrentarão” no dia da votação da emenda. O terceiro parágrafo traz:

1 A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os
2 candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a
3 cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o
4 presidente da República vá embora. Em suma, o que existe
5 é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já,
6 quem está mandando. É aí, na insistência em continuar
7 mais um pouco, que está a fraqueza fundamental da
8 posição do governo. A proposta conciliatória de realizar
9 eleições diretas em 1988, acrescida de diversas outras
10 mudanças constitucionais, poderia ter sido, apenas uns
11 poucos meses atrás, o ponto de partida para uma
12 negociação construtiva. Apresentada agora, ela vem muito
13 tarde, num momento em que a opinião pública não quer
14 ouvir mais falar na continuação de nada que esteja ligado
15 ao governo.

Se voltarmos a atenção ao primeiro parágrafo, lembramos que o

documento, em seu início, traz a importância da votação para o futuro do país e essa decisão está nas mãos do governo. Neste terceiro parágrafo, o redator escreve, em um tom ameaçador, que a população não quer mais ouvir falar do atual governo. Por mais que a situação esteja com o governo, seria bom ele fazer valer a vontade do povo, para não haver nenhum tipo de retaliação, tumulto ou revolução social. Aparece, mais uma vez, o tom autoritário da *Veja*, que procura pressionar a opinião pública a ser enérgica, indiretamente, em caso de derrota da emenda constitucional Dante de Oliveira.

O tópico-frasal está entre as linhas 1 e 3. No entanto, dessa vez, ele é menos organizado e delimitador. As frases são fortes e comandadas pela presença do verbo querer, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo: “Quer”. O povo quer isso, quer aquilo. Em suma, a população quer tirar o governo militar e escolher o próximo presidente pelo voto direto.

O objetivo do terceiro parágrafo é pressionar, assustar e chocar. Depois de relatar a importância da votação e mostrar que a luta será entre população e governo, o documento traz, em seu desfecho, a pressão total em cima dos governantes e a opção pela fúria da população em ter seu objetivo alcançado. Verificaremos, a seguir, se a seleção lexical está condizente ao que está citado acima:

Cadeia (1); cortar (2); cabeça (3); embora (4); exasperada (5); vontade (5); trocar (5); já (5); mandando (6); insistência (6); fraqueza (7); mudanças (10); poderia (10); tarde (13); não (13); nada (14).

A tematização, expressa por meio da seleção lexical, reforça a ideia do embate que se realizaria no mesmo dia da publicação do documento. Mais do que na semana anterior, o sentimento da nação era de pura ansiedade. A busca por uma identidade era visível. De acordo com essa proximidade com o leitor, a produção jornalística procura uma interlocução objetiva e de fácil entendimento. Quanto menor o uso de vírgulas, reticências e exclamações, melhor para a clareza do texto. É uma questão de simplicidade, porém com formalidade.

No caso, entretanto, o que ocorre é que o governo não está numa disputa com a oposição e sim com a própria vontade popular.

E, mais que isso, tem deixado evidente que quer as diretas porque não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou em volta dele, e deseja votar para poder tirá-las de onde estão.

Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar.

Com o intuito de familiarizar o leitor com o documento, com a tematização e com a própria opinião da revista, o redator utiliza palavras e expressões adequadas ao contexto político e aos objetivos que pretende alcançar. Dessa forma, justifica-se a presença constante do item lexical “diretas” e de outros termos de cunho político.

a) *item lexical “diretas”*

- 1 restabelecimento imediato das diretas.
- 2 Em Brasília, pedindo as diretas.
- 3 clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já.
- 4 (a vontade popular) quer as diretas

b) *itens lexicais de cunho político*

Congresso Nacional; Votar; Presidente República; Governo; Plenário; Decretando medidas de emergência; Debate; Posições; políticas; Vontade popular; Manifestou; Manifestação; População; Candidatos; Ministro; Posição do Governo; constitucionais; Opinião pública.

Além dessa marca temática, com a repetição de itens lexicais, que expressam a opinião da revista, no documento 816, são utilizadas algumas expressões metafóricas, vinculadas à discussão, ou embate, entre povo e governo. George Lakoff e Mark Johnson (2002:45), refletem sobre essa questão e afirmam:

A metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Lakoff & Johnson postulam o exemplo de uma estruturação do pensamento metafórico pelo conceito “discussão” e pela metáfora conceptual “discussão é guerra”. Os autores afirmam que, na maioria das vezes, fazemos atribuições em nosso pensamento, em que “discussão é guerra”, pois “ganhamos ou perdemos” uma discussão; vemos a pessoa com quem discutimos como um “adversário”; “atacamos” as posições deles e “defendemos” as nossas; “ganhamos e perdemos terreno”, ou seja, “muitas das coisas que fazemos em uma discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra” (*op. cit.*, p. 47). Nessa perspectiva, o uso dessas expressões a seguir está coerente com a ideia de metáfora

conceptual, em que “discussão é guerra”.

1 jogou todo seu peso.

jogar todo o peso = usar toda força, influência, esforçar-se muito

2 na derrubada da emenda.

derrubar = tirar a emenda do Congresso Nacional

3 cada qual lutando em defesa de suas posições políticas.

lutando= despendendo esforços
defesa= proteção

4 quer cortar a cabeça do ministro.

cortar a cabeça = eliminar; refere-se à guilhotina na época em que os culpados por crimes tinham suas cabeças realmente cortadas.

5 o ponto de partida para uma negociação.

ponto de partida = início, ação que inicia e desencadeia outras na sequência.

Identifica-se, também, marcas da realidade atual. É importante retomar a questão da data em que foi veiculado esse texto jornalístico. É um momento de ansiedade e engajamento na luta pelas diretas. A população paulista acabara de lotar a Praça da Sé com mais de um milhão de pessoas. Além de suscitar a questão da insatisfação popular perante o regime militar, há a questão da ansiedade da população presente no texto como marca de uma realidade atual.

11.1. Insatisfação popular

1 o governo não está numa disputa com a oposição e sim coma vontade\popular.

2 (a população) tem deixado evidente que quer as diretas porque não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou ao redor dele, e deseja votar para pode tirá-las de onde estão.

3 o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando.

4 a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo.

11.2. Ansiedade em relação à votação da emenda

1 O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira, uma das decisões mais importantes se sua história, ao votar a emenda.

2 Essencialmente é ele... quem se recusa ao restabelecimento imediato das di-

retas.

3 Raras vezes ela (a vontade popular) foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já.

4 A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os candidatos... quer cortar a cabeça do ministro... quer que o presidente da República vá embora.

Conforme identificado na amostra anterior, a limitação do código, postulada por Nilson Lage (2006), requer a diminuição do número de palavras contidas em enunciados de textos jornalísticos, no intuito de aumentar a comunicabilidade e facilitar a produção e o entendimento da mensagem. Seguem os exemplos:

1 Em Brasília, pedindo as diretas. – **31 toques (com espaço)**

2 A decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do governo. **61 toques (com espaço)**

3 Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. **58 toques (com espaço)**

4 Quer que o presidente da República vá embora. **44 toques (com espaço)**

Na presente amostra, ocorre a opção por frases escritas na terceira pessoa do singular. Segundo N. Lage (2006, p. 24):

“Eu” (a primeira pessoa verbal) passa a não fazer sentido. Nem cabe dirigir-se ao consumidor da informação como “vós”, “vocês” ou “senhores”. Tais formas de tratamento (na segunda pessoa ou na terceira pessoa substituindo a segunda, como ocorre na maior parte do Brasil) pressupõe outro tipo de relação com o público. O uso da referência em terceira pessoa real é obrigatório (...).

1 O Congresso Nacional tem.

2 A decisão é.

3 quem se recusa.

4 A questão seria.

5 Raras as vezes que ela (vontade popular) foi tão clara.

6 A população, nas ruas, diz.

7 A proposta conciliatória... poderia ter sido.

12. “Carta ao Leitor” de 02 de maio de 1984

A data do documento número 817 refere-se à primeira semana após a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. A palavra indignação, talvez, fosse pequena, em seu significado, para definir o estado de choque em que a sociedade se encontrava. A busca de pela democracia e pela identidade, por meio do sufrágio universal, foi des-

cartada pelos governistas. Na votação, foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Faltaram apenas 22 votos para a aprovação. A estratégia do governo militar, identificada pelas ausências, ficou evidente. A maior mobilização popular da história brasileira foi derrotada. A seção “Carta ao Leitor”, nessa data, acompanhou o sentimento de tristeza da nação e opinou de forma clara, objetiva e sem violência sobre o que acontecera na semana anterior.

O que mais nos desperta a atenção, nesse documento, é o papel da identidade, principalmente no que concerne à mudança de comportamento e ao amadurecimento da sociedade. A forma como a revista *Veja* qualificou a população, que reivindicou seu direito ao voto direto sem o uso da violência, leva-nos a uma reflexão sobre o homem brasileiro antes e depois do movimento “Diretas Já!”

Inicia-se a análise do documento 817 com a identificação do tópico frasal e a análise da tematização apresentada:

Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu à vista de todos um novo Brasil.

Além de buscar a importância das “Diretas Já!”, o tópico frasal remete-nos à busca de uma identidade, verificada pelo uso da expressão: *um novo Brasil*. No desenvolvimento do *lead*, isso fica ainda mais evidente:

Em defesa de uma ideia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir por eleições diretas para presidente da República. Em centenas de comícios por todo o país, souberam manifestar sua reivindicação em perfeita ordem, sem que se registrasse sequer um incidente de gravidade.

O texto faz um elogio explícito ao movimento social que, sem violência e incidentes graves, marcou uma época:

Foi uma campanha maior que qualquer outra jamais feita no país e, em termos de qualidade, tornou-se notável por ter sua base de argumentos, não em histeria ou violência. (...)

A revista procurou estar ao lado do povo no texto, com escolhas lexicais que remetem um sentido altamente positivo ao povo: “população”, “exemplar”, “expressado”, “propósitos”, “manteve”, “comportamento”, “sereno” e “civilizado”.

Essa mesma população que de maneira tão exemplar havia expressado seus propósitos manteve o mesmo comportamento sereno e civilizado dos últimos quatro meses.

No texto 817, a revista busca, acima de tudo, distanciar-se do regime militar e aproximar-se do povo. Este, por sua vez, viu-se desesperado, angustiado e decepcionado, mas maduro. No Brasil, o início da década de 1980 ficará marcado na história como um período fundamental para a construção da identidade social e política da nação.

13. Em busca de uma identidade

A busca de uma identidade do homem brasileiro, por meio da língua, aparece de forma latente no período do movimento “Diretas Já!”. A sociedade se organizou e reivindicou mudanças JÁ! O enunciado que se tornou o *slogan* da campanha comprova essa ideia: “Eu quero votar para Presidente!” O sentimento era de mudança, de alternativa, isto é, de uma nova fase e de uma nova perspectiva para a vida da população. Escolher o líder de sua pátria traria ao povo sua identidade, sua voz. O direito ao voto era primordial para que a população pudesse escolher seu maior representante. Era o momento de o povo ser o ator principal do país.

Se retomarmos Kobena Mercer (1990, p. 43), “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”, isso fica ainda mais evidente.

O movimento “Diretas Já!”, apresentado como a maior mobilização popular já ocorrida no Brasil, é o grande exemplo de busca e de construção de uma identidade. O regime militar rebaixava os civis e, além de afirmar que o povo era ilegal, dizia que a sociedade não tinha capacidade nem discernimento para uma escolha dessa natureza. Na seção “Carta ao Leitor” da revista *Veja*, encontramos alguns trechos que asseveram a importância, a amplitude e a credibilidade do movimento ao reforçar a ideia da construção de uma identidade do homem brasileiro:

13.1. Amostra 815

1 O comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes.

2 Hoje o desejo de escolher o próximo presidente da República é a maior unanimidade popular já registrada na História do Brasil.

3 Nunca tantos quiseram a mesma coisa no mesmo tempo.

4 Um desejo de mudança que provavelmente é inédito nos anais da política brasileira.

13.2. Amostra 816

1 O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira, uma das decisões mais importantes de sua história.

2 O governo não está numa disputa com a oposição e sim com a própria vontade popular.

3 Raras vezes ela foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já.

4 O que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando.

13.3. Amostra 817

Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu à vista de todos um novo Brasil.

Em defesa de uma ideia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir eleições diretas para presidente da República.

Foi uma campanha maior que qualquer outra jamais feita no país.

É esta a marca do novo Brasil: um país que amadureceu.

A campanha pelas diretas deixa evidente que a população brasileira, em 1984, se tornou muito mais madura do que era.

A população mudou, o Brasil mudou. A utilização da língua como prática social nos traz, portanto, um entendimento da relação existente entre homem, língua e identidade. É por meio da língua que o homem relata suas experiências e consegue se comunicar. Os itens lexicais utilizados, a organização temática, a ordenação dos parágrafos, as relações gramaticais e todos os pontos colocados nessa análise, comprovam que a língua se faz presente não somente como um meio de comunicação, mas, também, como prática social, conforme propõe a historiografia linguística.

Nos documentos analisados, observamos o contexto, a historicidade dos fatos, a busca de uma identidade do homem brasileiro, a forma como os enunciados do documento foram construídos, a ordenação dos parágrafos, a seleção lexical, os dados gramaticais e pragmáticos, a relação do produtor com o leitor atual e o respaldo histórico na credibilidade da informação. Tendo em vista o caráter jornalístico e, essencialmente social, dos documentos analisados, pudemos inserir os fatos no tempo e, por conseguinte, na história, em uma conjuntura determinada que foi re-

levante para a ampliação dos sentidos e para a verificação dos processos de consolidação da memória.

Vale ressaltar, por fim, que os documentos selecionados nessa pesquisa se constituíram como um dos meios que o homem brasileiro teve para registrar os fatos e as informações, de forma a perpetuá-las na história e propiciar a construção da memória e de uma identidade linguística nacional.

ANEXOS

Anexo 1

Número 815 **veja** 18 de abril de 1984

Carta ao Leitor

O comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes, em mobilização e apoio popular, por uma idéia política. Apenas alguns meses atrás, a primeira manifestação pelas diretas não conseguia reunir mais que uns poucos militantes partidários. Os adversários de qualquer alteração no atual sistema indireto pareciam mais bem organizados na defesa de suas posições. Considerada fantasiosa, inconveniente ou pouco adequada para o momento, a idéia das diretas encontrava dificuldades para decolar.

Em política, porém, poucas coisas são tão importantes quanto saber a hora exata em que se deve ser intransigente — e foi a singular intransigência na defesa dessa idéia, desse simples enunciado segundo o qual escolher o presidente da República pelo voto direto de cada cidadão é um direito elementar do país, que fez a campanha desabrochar e ganhar cada vez mais força. Hoje o desejo de escolher o próximo presidente da República é a maior



No Rio, o maior comício

unanimidade popular já registrada na História do Brasil, algo que se afere não apenas pelo tamanho dos comícios, mas por toda e qualquer investigação de opinião pública que se possa fazer. Nunca tantos quiseram a mesma coisa no mesmo tempo.

Qualquer pessoa, naturalmente, é a favor de recuperar um direito. Mas a extraordinária afluência popular às manifestações em favor das diretas, bem como a maciça disposição de reivindicá-las em público, só se explica pela descrença quase completa da população nos candidatos que até agora se conseguiu gerar, pelo sistema indireto, na órbita do governo — e por um desejo de mudança que provavelmente é inédito nos anais da política brasileira. A voz que sobe das praças não está interessada nos méritos relativos deste ou daquele sistema eleitoral, ou em discutir a legitimidade do Colégio Eleitoral. Ela diz, apenas, que não quer mais continuar assim, porque está convencida de que assim não dá mais certo. O governo poderá, é verdade, derrotar no Congresso a emenda das diretas. Será um triunfo perigoso, porém, se não entender o imenso clamor de mudança que o país não cessa de expressar nas ruas.

ORLANDO BIRTO

Anexo 2

Número 816 **veja** 25 de abril de 1984

Carta ao Leitor

O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira, uma das decisões mais importantes de sua história, ao votar a emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para a sucessão do presidente João Figueiredo. A decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do governo. Essencialmente é ele, e somente ele, quem se recusa ao restabelecimento imediato das diretas — e, nesta hora de decisão, jogou todo o seu peso na derrubada da emenda, pressionando seu partido a não comparecer ao plenário, decretando medidas de emergência em Brasília e oferecendo um adiamento de tudo para daqui a quatro anos.

A questão seria certamente de outra natureza se envolvesse apenas um debate entre o governo, de um lado, e a oposição, de outro, cada qual lutando em defesa de suas posições políticas. No caso, entretanto, o que ocorre é que o governo não está numa disputa com a oposição e sim com a própria vontade popular. Raras vezes ela foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça



Em Brasília, pedindo as diretas

quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já. E, mais que isso, tem deixado evidente que quer as diretas porque não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou em volta dele, e deseja votar para poder tirá-las de onde estão.


A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o presidente da República vá embora. Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando. É aí, na insistência em continuar mais um pouco, que está a fraqueza fundamental da posição do governo. A proposta conciliatória de realizar eleições diretas em 1988, acrescida de diversas outras mudanças constitucionais, poderia ter sido, apenas uns poucos meses atrás, o ponto de partida para uma negociação construtiva. Apresentada agora, ela vem muito tarde, num momento em que a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo.

Anexo 3

Número 817 **veja** 2 de maio de 1984

Carta ao Leitor

Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu à vista de todos um novo Brasil. Em defesa de uma idéia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir eleições diretas para presidente da República. Em centenas de comícios por todo o país, souberam manifestar sua reivindicação em perfeita ordem, sem que se registrasse sequer um incidente de gravidade. Foi uma campanha maior que qualquer outra jamais feita no país e, em termos de qualidade, tornou-se notável por ter sua base em argumentos, não em histeria ou violência. Na semana passada, quando a emenda das diretas foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, essa mesma população que de maneira tão exemplar havia expressado seus propósitos manteve o mesmo comportamento sereno e civilizado dos últimos quatro meses, apesar de seu profundo desapontamento com o desfecho. É esta a marca do novo Brasil: um país que amadureceu.



Plenário da Câmara, 25 de abril

É significativo notar, nessas condições, que o povo mudou, mas o governo não. A campanha pelas diretas deixa evidente que a população brasileira, em 1984, se tornou muito mais madura do que era, para ir ao começo da história, em 1964. O governo de hoje, porém, continua se comportando da mesma maneira como se comportava vinte anos atrás — com os mesmos temores, as mesmas desconfianças e a mesma idéia mestra de que ainda não é a hora de deixar a cargo dos cidadãos a escolha do escalão superior do poder. Dessa diferença resulta o mal que tanto se tem agravado no Brasil nos últimos tempos: a solidão do governo e seu distanciamento em relação aos governados, que nele não creem e não confiam. Depois de uma demonstração tão patente de desenvolvimento político como a que foi dada pela campanha das diretas, bem como pela reação popular ao seu desfecho, sustentar que a população brasileira não está preparada para exercer a plenitude de seu direito ao sufrágio universal não é apenas uma atitude retrógrada. É, sobretudo, uma elementar agressão aos fatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e identidade linguística brasileira na sátira poética de Oswald de Andrade*. 2003 – Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro: Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CALHOUN, Criag. (Org.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Blackwell, 1994.

CASCAIS, Fernando. *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Verbo, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Origem, formação e aspectos da cultura brasileira*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia, história*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1968.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus,

1986

- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Sarai-va, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.
- HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1988.
- JAKOBSON, Romam. *Linguística e comunicação*. São Paulo. Cultrix, 2005.
- KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1978.
- _____. *Progress in Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamin, 1980.
- _____. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected essays. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.
- _____. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 1995.
- _____. O problema da metalinguagem em historiografia linguística. Trad.: Cristina Altman. *D.E.L.T.A.*, vol. 12, n. 1, p. 95-124, 1996.
- _____. Questões que persistem em historiografia linguísticas. Trad.: Cristina Altman. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996
- KOTSCHO, R. *Explode um novo Brasil: Diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Rio de Janeiro: Vozes. 1982

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras/Educ, 2002.

Manual da redação: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2006.

Manual geral da redação: Folha de São Paulo. São Paulo, 1984.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Bases teórico-metodológicas da historiografia linguística*. São Paulo: PUC/SP, 2002. [Mimeografado].

_____. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Dante; LEONELI, Domingos. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa VI. Século XX*. São Paulo: Ática, 1988.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Estudantes na política, em tempos de mobilização e crise. *São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE*, vol. 7, n. 1, jan./mar. 1993.

_____. A massa na praça: mobilização e conflito na campanha das “Diretas Já”. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1995.

_____. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.

_____. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1957.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Capítulos da história da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Presença, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Síntese de história da cultura brasileira*. São Paulo: Difel, 1983.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

WHITE, Hyden. *Trópicos do discurso*. Ensaio sobre a crítica da cultura. Trad.: Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.